



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Fevereiro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em fevereiro de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	7
Equador	9
Guiana	10
Peru.....	13
Suriname	16
Venezuela	17
OTCA	19

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em fevereiro de 2025, mais uma vez a Amazônia boliviana sentiu os impactos de eventos climáticos extremos. No início do mês, o município de Cobija, no departamento de Pando, declarou alerta vermelho em função do transbordamento do arroio Bahía. O transbordamento ocorreu devido a chuvas intensas, inundou diversos bairros da cidade, afetou mais de cem famílias e causou o deslocamento de pessoas de suas casas [1].

Entrementes, ao longo do mês, o governo boliviano avançou cooperações internacionais na agenda ambiental. No início do mês, em Bruxelas, na Bélgica, o governo se reuniu com a delegação da União Europeia para o IX Diálogo de Alto Nível entre o país e o bloco. Na reunião, os representantes da União Europeia comprometeram-se a investir mais de 800 milhões de euros na Bolívia até 2027 em áreas como proteção da biodiversidade e energia renovável, além de comércio e combate ao crime organizado. Também foi lançada a Aliança Florestal, parceria com o objetivo de garantir a restauração e a proteção das florestas bolivianas, com foco especial na Amazônia. De forma complementar, a Bolívia aderiu à Aliança Digital, visando melhorar a conectividade e a gestão de dados de satélite [2].

Além disso, os chanceleres do Peru e da Bolívia assinaram um acordo para estabelecer um novo posto fronteiriço na Amazônia, ligando as cidades de San Lorenzo (Peru) e Extrema (Bolívia). Este posto temporário terá como objetivo fortalecer a cooperação e a integração entre os dois países, facilitando a conexão física, social e comercial entre as regiões de Madre de Dios (Peru) e Pando (Bolívia). Foi firmado, também, um memorando para proteger o lago Titicaca, visando à redução da poluição, uso equitativo da água e conservação do ecossistema, por meio de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas como pesca, turismo e agricultura [3].

A agenda de povos indígenas para a Amazônia boliviana também teve destaque em fevereiro. O assassinato de Francisco Marupa, líder indígena do povo Leco e defensor ambiental, trouxe à tona o debate sobre a mineração ilegal em áreas protegidas e a violência sobre defensores ambientais na Bolívia. Francisco Marupa foi encontrado morto no Parque Nacional Madidi, área de alta biodiversidade na bacia do rio Amazonas. Marupa era conhecido por sua oposição e seu ativismo contra a mineração ilegal e ao tráfico de terras em territórios indígenas. Organizações indígenas e ambientais acusam mineradores ilegais de estarem por trás do crime, apontando um histórico de violência,

invasões e destruição ambiental na região. No entanto, o governo boliviano atribuiu o assassinato a questões pessoais, após a prisão de um suspeito que confessou o crime. Mais de 80 organizações nacionais e internacionais exigiram justiça pelo assassinato de Marupa, enfatizando a necessidade de proteger os povos indígenas e os defensores ambientais. Elas ressaltaram que a impunidade nesses casos perpetua a violência e compromete o Estado de Direito na Bolívia. [4] [5] [6].

Poucos dias após o assassinato, o governo da Bolívia anunciou medidas para combater a mineração ilegal em áreas protegidas, especialmente na Amazônia boliviana, respondendo a denúncias de atividades mineradoras não autorizadas [7]. Recentemente, lideranças indígenas e defensores ambientais denunciaram a presença de aproximadamente mais de cem balsas mineradoras na Reserva Nacional de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, região de grande importância ecológica, que abriga diversas comunidades e povos tradicionais [7] [8].

Além disso, lideranças indígenas de nove países da Bacia Amazônica – oito países amazônicos e a França, representada pela Guiana Francesa –, reunidas no G9 da Amazônia Indígena, lançaram um documento exigindo o fim da exploração de petróleo na região e solicitando financiamento direto, sem a participação de intermediários, para organizações indígenas no combate às mudanças climáticas. O manifesto critica a justificativa de utilizar recursos petrolíferos para financiar a transição energética, considerando-a enganosa e prejudicial ao meio ambiente. O grupo também reivindica uma copresidência indígena da COP30, que será realizada em Belém, em novembro de 2025, e destaca a necessidade de se reconhecer os povos tradicionais como autoridades na conservação dos biomas e na proteção da biodiversidade e do clima global [9] [10].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20250206/declaran-alerta-roja-cobija-desborde-del-arroyo-bahia-activan-tareas>
- [2] Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/union-europea-bolivia-reafirman-alianza-temas-estrategicos/20250131191150966105.html>
- [3] Disponível em: <https://lapatria.bo/2025/02/25/peru-y-bolivia-firman-acuerdo-historico-para-nuevo-paso-fronterizo-en-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2025-02-20/el-asesinato-de-un-lider-indigena-aviva-el-debate-sobre-la-mineria-en-zonas-protegidas-de-bolivia.html?>
- [5] Disponível em: <https://adn.celam.org/80-organizaciones-exigen-justicia-por-el-asesinato-del-lider-indigena-y-defensor-ambiental-francisco-marupa/>

- [6] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/02/17/conmocion-en-bolivia-por-el-asesinato-de-un-lider-indigena-sospechan-de-actividades-ilegales-en-areas-protegidas/>
- [7] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/el-gobierno-de-bolivia-anuncia-acciones-contrala-miner%C3%ADa-ilegal-en-las-%C3%A1reas-protegidas/88833481>
- [8] Disponível em: <https://www.repam.net/pt/bolivia-denunciam-atividade-mineradora-ilegal-na-reserva-nacional-manuripi/>
- [9] Disponível em: <https://18horas.com.br/noticias/liderancas-indigenas-de-nove-paises-da-bacia-amazonica-lancaram-um-documento-contraa-exploracao-de-petroleo-na-regiao/>
- [10] Disponível em: <https://ipsnoticias.net/2025/02/indigenas-exigen-fin-de-la-explotacion-petrolera-en-la-amazonia/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No dia 3 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, participou da XV Reunião Ordinária de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, que ocorreu em Paramaribo, capital do Suriname. Na ocasião, o chanceler realizou um discurso afirmando o compromisso do Brasil com os objetivos da organização e instando os países membros a estar preparados para apresentarem resultados na próxima Reunião de Presidentes dos Estados Partes do OTCA, que será realizada na Colômbia, em agosto de 2025. Nas palavras do ministro: “O Governo brasileiro tem procurado colaborar ativamente nesse processo, criando – como país-sede – condições de trabalho para a Organização; financiando projetos; e compartilhando sua experiência e conhecimento nas áreas de combate ao desmatamento, conservação e uso sustentável da biodiversidade, manejo florestal sustentável, gestão de recursos hídricos e desenvolvimento social” [1].

Vieira também abordou a COP30, que será realizada em Belém, no final do ano. Ressaltou que a conferência avançará nos cinco pilares do regime do clima: mitigação, adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação, mas que é fundamental, para uma governança climática global justa, que os principais emissores “fortaleçam suas metas nacionais de redução de gases de efeito estufa”. O ministro também fez apontamentos sobre os países mais industrializados do sistema global, pois possuem maiores responsabilidades históricas e, portanto, precisam de um maior engajamento com o financiamento climático e a transferência de tecnologia para os países menos desenvolvidos. Ainda sobre a necessidade de obter recursos para uma transição econômica sustentável a nível sistêmico, Mauro Vieira declarou que o Brasil, junto com o Azerbaijão, que sediou a COP29, estaria pronto para liderar o “Mapa do Caminho Baku-

Belém rumo a US\$ 1,3 trilhão”. A iniciativa busca concretizar a promessa de mobilizar US\$ 300 bilhões anuais para países em desenvolvimento até 2035, conforme meta acordada durante a própria COP29, e superá-la em direção a US\$ 1,3 trilhão [1][2].

No dia 12 de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu uma entrevista para a Rádio Diário FM, que é de Macapá, capital do Amapá. Na ocasião, o presidente abordou a exploração de petróleo na Margem Equatorial, onde está localizada a foz do Rio Amazonas. Lula afirmou que quer que a exploração aconteça, mas que antes é preciso ter certeza da existência de petróleo na região e que, para tal, é necessário a realização de pesquisas a serem feitas pela Petrobrás [3]. No dia seguinte, 13 de fevereiro, o presidente viajou até o Amapá e discursou sobre a questão, quando criticou a resistência do IBAMA na aprovação da realização de estudos sobre hidrocarbonetos na Margem Equatorial. Vale ressaltar que o recém eleito presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), é natural do Amapá e também discursou na ocasião. O mesmo afirmou que a preservação ambiental do território deve ser decidida pelos “filhos do Amapá”. Caso a atividade exploratória vá adiante, o estado seria beneficiado pela renda petroleira, mas também estará exposto aos desastres ambientais em potencial [4][5][6][7][8].

Dias antes, especificamente no dia 6 de fevereiro, a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), afirmou que não é de sua responsabilidade o fato do Ibama não ter concedido a licença de exploração. A ministra afirmou que tudo depende da análise técnica da autarquia e não da sua vontade política pessoal, ou até mesmo do presidente Lula. Ainda segundo a ministra, desde 2018, três solicitações de licenciamento foram feitas para a região, sendo duas pela Petrobrás. As três foram indeferidas, mas, em outubro de 2024, um novo projeto foi apresentado pela Petrobrás, cuja resposta do Ibama pedia “ajustes e complementações”. No dia 4 de fevereiro, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a empresa já cumpriu com todas as demandas do Ibama em documentação entregue em novembro de 2024 [9].

Em outra agenda, Marina Silva, no dia 14 de fevereiro, assinou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o presidente do Banco da Amazônia (BASA), Luiz Cláudio Moreira Lessa. O acordo busca viabilizar o Programa de Fortalecimento Financeiro e Apoio à Inovação da Sociobioeconomia da Amazônia. O documento foi assinado em Belém durante uma cerimônia de divulgação de investimentos do governo federal para a COP30, com presença do presidente Lula. Essa iniciativa pretende ser o primeiro passo do Programa de Formação em Sociobioeconomia e Agroecologia para

Agentes de Crédito Rural (PFSA), que, por sua vez, é parte do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, um desdobramento da Estratégia Nacional de Bioeconomia. O objetivo do programa será facilitar o acesso ao crédito por organizações ligadas aos povos tradicionais e agricultores familiares [10].

No dia 19 de fevereiro, Brasil e Portugal assinaram um memorando de entendimento com a finalidade de fortalecer a cooperação técnica em questões climáticas, preservação e manejo de ecossistemas. A cerimônia se deu durante a visita do primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, ao Brasil. O documento foi assinado pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e pela ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, representante do governo português. Entre os pontos de interesse indicados no memorando, estão a mitigação e a adaptação à mudança do clima, o financiamento climático, transições justas, negociações para a COP30, entre outros objetivos. Também foi criado um comitê para a elaboração de um plano de ação e monitoramento [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exterores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-15a-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exterores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>
- [2] Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ap%C3%B3s-tensas-negocia%C3%A7%C3%B5es-cop29-termina-com-promessa-de-us-300-bi-por-ano/a-70868833>
- [3] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1UR9lXOcIaw>
- [4] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDmkjf6Om3s>
- [5] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nku07JrhSEA>
- [6] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K0YkbXW1Mxs>
- [7] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-volta-a-defender-pesquisas-sobre-petroleo-na-margem-equatorial-nao-faremos-loucura/>
- [8] Disponível em: <https://exame.com/economia/alcolumbre-defende-amapa-como-estado-mais-preservado-do-brasil-em-debate-sobre-margem-equatorial/>
- [9] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/2025/2/6/marina-silva-nega-responsabilidade-sobre-margem-equatorial-e-diz-que-analise-do-ibama-e-tecnica>
- [10] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/mma-e-banco-da-amazonia-firmam-acordo-para-fortalecer-a-sociobioeconomia>
- [11] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governos-de-brasil-e-portugal-firmam-acordo-para-fortalecer-cooperacao-sobre-mudanca-do-clima-e-gestao-de-ecossistemas>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 5 de fevereiro, foi anunciada a suspensão de programas da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na Colômbia. No dia 13 de fevereiro, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, detalhou que cerca de US\$70 milhões em investimento do USAID para a proteção e conservação do meio ambiente na Colômbia foram congelados [1]. O Amazonia Mía, programa de assistência técnica, que fornecia dados para a identificação de áreas desmatadas, foi suspenso com o fim do financiamento [2]. Em geral, o programa apoiou atividades técnicas para impedir a penetração do crime organizado em cerca de 900 mil hectares e apoiou cerca de 75 leis, planos e regulamentos para a preservação da Amazônia contra atividades ilegais [2].

Ademais, em fevereiro, a viabilidade jurídica de um decreto que reconhece a autonomia de autoridades indígenas na gestão ambiental foi debatida por atores políticos e pela mídia colombiana. O Decreto 1275, aprovado em outubro de 2024, designa às autoridades indígenas as competências de “formular, adotar e desenvolver, no seu âmbito territorial, instrumentos de regulação e gestão ambiental” [3]. A falta de precisão sobre quais disposições as autoridades indígenas podem emitir e a limitação do planejamento em relação ao escopo prático desses poderes foram criticadas na época de sua promulgação [4]. No dia 22 de janeiro, uma medida adotada por uma instância de governança indígena do departamento de amazônico de Guainía intensificou as críticas às lacunas do decreto. O Conselho de Governo da Reserva Remanso Chorrobocon emituiu uma resolução que aprovava a redução da reserva florestal amazônica em 1.000 hectares, autorizando também atividades de mineração de ouro no local [5]. No dia 12 de fevereiro, o governo colombiano reafirmou o seu reconhecimento das autoridades indígenas como gestores ambientais, mas ressaltou que a competência de remover áreas de reservas florestais é do governo colombiano e que o Decreto 1275 não fornece base legal para a decisão unilateral de autoridades indígenas neste tema [6].

No dia 20 de fevereiro, Susana Muhamad anunciou que o desmatamento na Colômbia aumentou 35% em relação a 2023 [7]. No total, 107 mil hectares foram desmatados no país em 2024, enquanto cerca de 80 mil hectares foram desmatados em 2023. É importante reconhecer que o ano de 2023 havia representado uma queda histórica no desmatamento. Entretanto, quando comparados com a série histórica de desmatamento

no país, os números de 2024 ainda são baixos. Muhamad afirmou que a meta do governo é não deixar o desmatamento ultrapassar muito mais que 100 mil hectares e, por isso, os números de 2024 não são alarmantes. Um dos principais desafios para a manutenção da meta de redução de desmatamento é o crime organizado e a consequente economia ilícita. A solução proposta pelo governo colombiano, como declarado por Muhamad, é substituir a economia ilícita por atividades econômicas alternativas e engajar as comunidades locais na proteção do meio ambiente [7].

Em 25 de fevereiro, foi retomada, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, na Itália, a Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP16). Esta conferência havia sido promovida pela Colômbia na cidade de Cali, em 2024, e encerrada sem alcançar um consenso acerca da criação de um fundo de financiamento para a preservação da biodiversidade [8]. No terceiro e último dia de reuniões em Roma, foram aprovadas duas medidas principais. A primeira diz respeito ao aumento de áreas protegidas. Atualmente há cerca de 17% de terras e mares em regiões de proteção. A partir do novo pacto, esse valor aumenta para 30%. A segunda medida trata do incremento no gasto com a preservação da biodiversidade. Além do salto para 200 bilhões de dólares por ano, decidiu-se que, desse total, 30 bilhões serão contribuições apenas de países considerados desenvolvidos, fato que, anteriormente, havia dificultado as negociações na conferência em Cali [9].

Apesar de estes resultados positivos terem significado que Susana Muhamad, ministra que liderou a COP16, alcançou as principais metas estabelecidas pelo governo, o presidente Gustavo Petro promoveu sua troca na chefia do Ministério de Meio Ambiente. A saída de Muhamad aconteceu após uma polêmica reunião entre os ministros e Petro no dia 4 de fevereiro. Além de ter sido televisionada ao vivo, fato que gerou descontentamento em alguns ministros, o encontro evidenciou a insatisfação dos principais chefes de pastas com a nomeação de Armando Benedetti, acusado de corrupção e violência de gênero, para integrar o governo. Uma das falas mais marcantes contra a escolha de Petro foi precisamente de Muhamad. Ao se posicionar como feminista, afirmou que não se sentaria na mesma mesa que Benedetti, ainda que não desistisse, com isso, do projeto de governo [10]. Porém, poucos dias depois, em meio à renúncia de outros líderes, apresentou seu pedido de saída do governo. Apesar de enviar sua carta de renúncia no dia 9 de fevereiro, ficou acordado, entre o presidente e a ex-ministra, que ela ficaria no cargo até o fim da COP16, em Roma. No dia 26 de fevereiro, Petro anunciou sua

substituta. Lena Estrada é uma líder indígena de origem amazônica e possui vasta atuação, tanto no governo, quanto na defesa da pauta ambiental [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/usaid-environmental-funding-worth-70-mln-frozen-colombia-minister-says-2025-02-13/>
- [2] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/aumento-de-delitos-ambientales-en-la-amazonia-entre-las-preocupaciones-por-suspension-de-usaid-3427847>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/wp-content/uploads/2024/12/01.-Decreto-1275-de-2024.pdf>
- [4] Disponível em: <https://medioambiente.uexnado.edu.co/mas-preguntas-que-respuestas-algunos-apuntes-desde-el-derecho-ambiental-a-la-resolucion-del-resguardo-remanso-chorrobocon-que-sustrae-la-reserva-forestal-de-la-amazonia-ley-2-de-1959/>
- [5] Disponível em: <https://www.senado.gov.co/index.php/component/content/article/13-senadores/6211-se-fue-la-ministra-y-dejo-un-problema-ambiental-en-la-amazonia-senador-nicolas-echeverry>
- [6] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Gobierno-reafirma-autonomia-indigena-en-gestion-ambiental-sin-afectar-reser-250212.aspx>
- [7] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/deforestacion-en-colombia-se-incremento-en-35-durante-2024-segun-minambiente-3428904>
- [8] Disponível em: https://www.terra.com.br/planeta/meio-ambiente/cop16-e-retomada-em-roma-apos-fracasso-na-colombia,fe49e14829518c80cd2998a2c9635eadfysy85o9.html?utm_source=clipboard
- [9] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/02/27/cop16-em-roma-redobra-esforcos-para-financiar-a-biodiversidade.htm>
- [10] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/02/11/quem-e-armando-benedetti-o-pomo-da-discordia-no-governo-colombiano.htm>
- [11] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-02-26/gustavo-petro-nombra-a-lena-estrada-anokazi-ministra-de-ambiente-de-colombia.html>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 11 de fevereiro, o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) organizou um encontro com diversas organizações não-governamentais dos setores ambiental e hídrico [1]. Durante o evento, que contou com oficinas em Quito, Guayaquil e Cuenca, os representantes participaram de mesas temáticas sobre biodiversidade, mudança climática, qualidade ambiental, recursos hídricos e educação ambiental. Além disso, eles reforçaram a importância de promover as capacidades das

comunidades locais para mitigar as mudanças climáticas. No dia 12, foi anunciada a designação de Maria Cristina Recalde como Ministra do Ambiente, Água e Transição Ecológica [2]. Formada em Engenharia Ambiental, Recalde atuou como vice-Ministra do MAATE e promoveu alianças com comunidades indígenas e associações locais para fomentar práticas livres de desmatamento e a economia circular.

No dia 18 de fevereiro, Patricio Maldonado, presidente da Associação de Municipalidades Equatorianas (AME), visitou a província amazônica de Napo, com a intenção de discutir iniciativas de turismo sustentável e proteção do patrimônio natural na região. Focado em projetos ligados à cultura indígena e ancestralidade da região, a associação pretende explorar atividades ligadas ao ecoturismo, os modos de vida das comunidades tradicionais e experiências gastronômicas locais. A parceria conta com apoio do Consórcio de Governos Autônomos Provinciais do Equador (CONGOPE) e do Banco de Desenvolvimento do Equador [3].

No dia 24 de fevereiro, na região amazônica de Aguarico, o Instituto Tecnológico Internacional (ITI) e o governo local promoveram oficinas de capacitação profissional da população carente, com atividades voltadas ao setor de panificação e artesanato. Ao todo, 132 pessoas participaram das atividades, promovidas em quatro localidades do município, que irão se integrar a projetos de “ecotendas” com a finalidade de comercializar seus produtos junto aos turistas que visitam as comunidades da região [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-lidero-el-primer-encuentro-con-organizaciones-no-gubernamentales-del-sector-ambiental-e-hidrico/>
- [2] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/maria-cristina-recalde-asume-como-ministra-del-ambiente-agua-y-transicion-ecologica-encargada/>
- [3] Disponível em: <https://ecuador221.com.ec/ame-impulsa-el-turismo-en-la-amazonia-ecuatoriana/>
- [4] Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/nacionales/44/amazonia-emprendedoras-artesantias-ecuador-turismo>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 18 e 21 de fevereiro, foi realizada a *Guyana Energy Conference & Supply Chain Expo*, em Georgetown, capital da Guiana. Na ocasião, lideranças políticas

e executivos do setor privado proferiram discursos que contribuem para o entendimento das suas visões sobre o desenvolvimento econômico da Guiana em meio às mudanças climáticas, principalmente no que tange o fornecimento energético e, tão importante quanto, o tipo de matriz a ser explorada e utilizada no país¹ [1].

O Ministro dos Recursos Naturais, Vickram Bharrat, discursou sobre as iniciativas de descarbonização das cadeias produtivas na Guiana, chamando atenção para o *Gas to Energy Project*², e para as iniciativas em energia solar e hidráulica. Um ponto de destaque na fala do ministro foi a afirmação de que a Guiana ainda não pode realizar uma transição total em sua matriz energética. A explicação dada, de forma simplificada, foi a de que há uma demanda crescente de energia no mundo que necessita de uma oferta adequada, o que o discurso majoritário em prol da descarbonização e da redução da oferta de combustíveis fósseis não seria capaz de atender, pois resultaria em uma demanda de energia não atendida, caso não haja um investimento simultâneo adequado para se construir capacidades energéticas menos poluentes. Uma transição energética só seria possível, segundo as considerações do ministro, caso houvesse não apenas a redução da utilização dos combustíveis fósseis, mas também um investimento de capital capaz de financiar os custos da transição, o que, em outras palavras, significaria um acesso mais facilitado às tecnologias menos poluentes, o que ainda não ocorre no mundo. Além disso, Bharrat afirmou que os demais países, principalmente aqueles que consomem mais energia, deveriam focar na redução da demanda, em vez de reivindicar a diminuição da oferta [2].

Por sua vez, Ashni Singh, Ministro das Finanças, também discursou no evento, em sintonia com a perspectiva de Bharrat. Singh enfatizou a necessidade de acesso facilitado a empréstimos internacionais para que o Estado da Guiana possa realizar seu projeto de desenvolvimento sustentável. Para o ministro, valendo-se de uma perspectiva fiscalista das contas do Estado, a Guiana seria um parceiro digno de crédito, pois possui reservas financeiras capazes de quitar suas dívidas. Singh destacou que a Guiana tem a segunda menor relação dívida-PIB do hemisfério ocidental: 24,3%. A fala dos dois ministros coaduna-se com as estratégias expostas em falas anteriores do presidente do

¹ Neste ano, a conferência teve o seguinte título: *Connecting the Dots: Integrating the Future* (“Conectando os pontos: integrando o futuro”, em tradução nossa). Trata-se de um evento anual que é promovido pelo Estado da Guiana em parceria com empresas privadas do setor de energia, principalmente a ExxonMobil.

² Ver em: <https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana/guyana-project-overview#LizaPhase1ProjectDescription/> ; <https://oilnow.gy/featured/guyanas-gas-to-energy-project-your-questions-answered/> ; https://corporate.exxonmobil.com/-/media/global/files/locations/guyana-operations/gas-to-energy_eia_approved_nov-2022.pdf

país, Irfaan Ali, que busca desenvolver estruturas econômicas sociais a partir dos lucros da exportação petroleira e de investimento externo, o qual seria direcionado, em parte, para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono [3].

Além das figuras governamentais, a conferência contou também com discursos de lideranças do setor privado, como Hunter Farris, vice-presidente sênior de águas profundas da ExxonMobil, petrolífera estadunidense que explora o combustível no mar da Guiana. O discurso do executivo situou a Guiana como uma oportunidade única de investimento no planeta hoje e chamou atenção para a velocidade com que as atividades foram realizadas entre a descoberta de reservas em 2015 e o início das exportações dos primeiros barris de petróleo em 2019. Farris afirmou que o objetivo atual da ExxonMobil é passar da produção de 650 mil barris por dia para uma de 1,3 milhão até 2027. O executivo também abordou os ganhos que o Estado da Guiana teve com as atividades, afirmando que o Fundo de Recursos Naturais já teria recebido um total de US\$ 6,2 bilhões desde 2019 [4].

Convém lembrar que a distribuição da renda petroleira entre ExxonMobil e Estado guianês é alvo de críticas recorrentes no país, pois os contratos firmados em 2016 acordaram uma repartição em desfavor do Estado, uma vez que o pagamento de impostos pela empresa seria baixo demais. Além disso, a subsidiária ExxonMobil Limited Guyana (EMGL) é uma empresa registrada nas Bahamas e, consequentemente, paga a quantia mínima, globalmente estabelecida, de 15% dos seus lucros corporativos para o Estado do país caribenho. Críticos frequentemente apontam que o destinatário destes impostos deveria ser a Guiana. Calcula-se que o não pagamento do imposto resultou na perda de US\$ 10 bilhões por parte da Guiana, ou seja, além dos US\$ 6,2 bilhões arrecadados pelos outros tipos de pagamentos, o Estado deveria também receber o valor referente às taxas não pagas, mais que dobrando o montante final recebido [4][5][6].

Em fevereiro, o presidente da EMGL, Alistair Routledge, deu uma entrevista na qual tratou das críticas. O empresário afirmou que, apesar de não pagar a tributação dos lucros corporativos para a Guiana, a ExxonMobil a beneficia de outras formas, como via *royalties*. Defendeu, ainda, que a sociedade guianense deveria dar mais atenção aos benefícios que a renda petroleira vem proporcionando ao país, em vez de se preocupar com a questão dos impostos. Tais questões, entretanto, prometem ser centrais na próxima eleição presidencial do país, marcada para ocorrer neste ano.

Por fim, ainda durante a conferência, a ExxonMobil apresentou o projeto de um novo gasoduto que será construído na Guiana, aprofundando a produção de combustíveis

fósseis. O gasoduto será chamado de *Hammerhead* e ligará a plataforma de exploração *offshore* ao continente a partir de uma estrutura de 13 km. Os estudos acerca do projeto incluíram avaliações sobre as chances e os possíveis impactos de um vazamento de petróleo com o potencial de atingir as regiões 1 e 2 do país, chamadas, respectivamente, de Barima-Waini e Pomeroon-Supenaam. As previsões foram feitas por modelagens computadorizadas e estimaram, a depender da época do ano, uma probabilidade de até 70% de o petróleo atingir regiões costeiras [7][8][9].

Referências

- [1] Disponível em: <https://guyanaenergy.gy>
- [2] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/20/guyana-not-ready-to-go-fully-renewable-oil-minister/>
- [3] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/26/borrowing-is-a-must-guyana-finance-minister-tells-energy-conference/>
- [4] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/24/the-world-has-rarely-seen-a-place-like-guyana-for-deep-water-projects-exxonm-vp/>
- [5] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/24/exxonmobil-boasts-of-paying-us250m-in-taxes-to-guyana-but-walked-away-with-over-us10b/>
- [6] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/11/exxonmobil-paying-taxes-in-bahamas-but-not-a-cent-to-guyana/>
- [7] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/26/oil-spill-from-7th-project-has-70-chance-of-hitting-region-one-shorelines-eia/>
- [8] Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/exxon-plans-large-scale-gas-project-oil-dominated-guyana-2025-02-19/>
- [9] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/02/18/exxonm-to-build-new-pipeline-from-7th-project-to-connect-to-gas-to-energy-project/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de fevereiro de 2025, a agenda ambiental do governo peruano para a Amazônia seguiu enfatizando a promoção dos bionegócios, impulsionados pelo financiamento de organizações internacionais, e a adequação do arcabouço institucional do país para uma futura e desejada adesão à OCDE. No âmbito bilateral, o Peru fechou um acordo com o Brasil para proteger a biodiversidade de áreas de fronteiras. Finalmente, no âmbito doméstico, os conflitos entre organizações indígenas e os congressistas se intensificaram.

No dia 24 de fevereiro, a vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do Ministério do Meio Ambiente (Minam), Raquel Soto, participou de

uma reunião convocada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que serviu como continuação da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (COP 16), realizada na Colômbia, em 2024 [1]. Uma das iniciativas apresentadas no discurso de Soto foi o Programa para Bionegócios, que provê linhas de créditos para bionegócios em comunidades da Amazônia peruana. No momento, são desenvolvidos 149 projetos livres de desmatamento em 94 comunidades nativas da floresta. O programa recebe aporte financeiro de diferentes organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) [2].

No dia 25 de fevereiro, o Minam lançou o concurso *Bioinversión Amazónica*, organizado em parceria com o Fundo de Promoção das Áreas Naturais Protegidas do Peru (Profonanpe), uma entidade privada sem fins lucrativos. A iniciativa tem como objetivo estimular projetos de restauração e conservação de áreas florestais e financiar empreendimentos de caráter sustentável, como a produção de cacau e café para o consumo local e o desenvolvimento do ecoturismo. O concurso conta com o aporte financeiro do Fundo Verde para o Clima da ONU [3].

No dia 27 de fevereiro, o ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, participou de uma comissão especial no Congresso Nacional que debateu as estratégias do Peru com relação à OCDE. Para que esteja apto a pleitear uma vaga na organização, o país precisa modificar 230 instrumentos jurídicos, dentre os quais 58 a respeito de questões ambientais. Em seu discurso diante dos congressistas, Castro apresentou os avanços feitos, destacando o Decreto Legislativo n° 1.570, que visa a fortalecer a regulação do uso de substâncias químicas no país, a fim de proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente. A aprovação do decreto permitirá ao país se alinhar com 11 dos instrumentos exigidos pela OCDE. Em junho deste ano, ocorrerá a primeira avaliação do Comitê de Químicos e Biotecnologia da OCDE a respeito das adequações feitas pelo Peru no processo de adesão à organização [4].

No plano das relações bilaterais, o Peru assinou um acordo de cooperação com o Brasil para melhorar a gestão das áreas fronteiriças entre os dois países. O acordo foi articulado pelo Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernanp), entidade que pertence ao Ministério do Meio Ambiente peruano, e o Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro. O objetivo é desenvolver ações de proteção nos parques nacionais

Sierra del Divisor e Alto Purús e na Reserva Comunal Purús, que estão no território peruano, e o Parque Nacional Serra do Divisor, que pertence ao Brasil [5].

Em que pese a propaganda do governo sobre as iniciativas citadas acima, as ameaças às populações indígenas da floresta seguiram aumentando. No dia 20 de fevereiro, a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesepe), que representa nove organizações regionais, 109 federações e 2.439 comunidades nativas da floresta, emitiu um comunicado no qual rechaça as propostas legislativas que, segundo a associação, podem ter efeito genocida para os povos indígenas em situação de isolamento ou em contato inicial com outras comunidades. No comunicado, a Aidesepe criticou o projeto de lei nº 3.518, de autoria do congressista do partido Fuerza Popular Jorge Morante, que busca modificar a Lei PIACI, normativa que protege os direitos desses povos. A argumentação do parlamentar é de que não haveria comunidades que vivem isoladas e se baseia em um estudo que, de acordo com a Aidesepe, seria tendencioso e apresentaria informações falsas [6].

O Ministério da Cultura, que atualmente é o órgão responsável por reconhecer a existência desses grupos vulneráveis e determinar a criação de novas reservas, calcula que existem 25 povos indígenas em situação de isolamento e de contato inicial com outras comunidades, o que representaria uma cifra de aproximadamente 7.000 pessoas. O objetivo do projeto de lei é retirar essa prerrogativa do ministério e repassá-la para os governos regionais, o que provocou reação contrária por parte do governo. No dia 23 de junho, o projeto havia sido aprovado na Comissão de Descentralização do Congresso, o que causou uma forte reação de setores da sociedade civil. O caso vem ganhando atenção inclusive de pessoas fora do Peru. Uma petição virtual foi criada para pressionar os parlamentares e solicitar o arquivamento do projeto de lei, tendo sido assinada por mais de 500 mil pessoas de mais de 200 países [7].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1110103-alrededor-de-150-bionegocios-de-comunidades-amazonicas-se-implementaran-con-inversion-de-s-50-millones>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1115823-peru-expone-sus-avances-sobre-uso-sostenible-de-la-biodiversidad-dentro-de-los-sistemas-agro-alimentarios>

- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1116538-bionegocios-impulsan-la-conservacion-y-son-el-motor-del-desarrollo-sostenible-en-nuestra-amazonia>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1117460-peru-avanza-en-cumplimiento-de-recomendaciones-ambientales-para-ingresar-a-la-ocde>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1116525-peru-y-brasil-fortalecen-cooperacion-para-conservar-biodiversidad-y-areas-naturales-protégidas-de-frontera>
- [6] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2023/06/23/ley-piaci-en-vivo-comision-de-descentralizacion-del-congreso-debate-hoy-su-modificatoria/>
- [7] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2023/07/01/los-riesgos-que-enfrentan-los-pueblos-indigenas-en-aislamiento-y-contacto-inicial-pueden-extinguirse/>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em fevereiro, o Suriname sediou a 15ª Reunião Ministerial da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Paramaribo. Enquanto a preparação a nível técnico foi realizada no dia 2, a reunião ministerial foi realizada no dia 3. Esta foi presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Negócios Internacionais e Cooperação Internacional, Albert Ramdin [1][2]. Na ocasião, os Ministros de Relações Exteriores e representantes de alto nível dos oito Estados membros da OTCA, adotaram a Declaração de Paramaribo, conforme explicada na seção sobre OTCA deste monitor [3][4].

Além disso, no dia 14 de fevereiro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, recebeu o primeiro exemplar da Estratégia de Desenvolvimento Verde (*Green Development Strategy – GDS*). O trabalho ficou a cargo do Ministério do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente, de forma que o documento final foi entregue pelo Ministro Marciano Dasai. O projeto tem a intenção de elevar a prosperidade econômica ao Suriname sem abdicar de metas sustentáveis e sem abrir mão da porção florestal que cobre o país, que chega a 93% do território. O objetivo, em geral, é fazer com que o PIB *per capita* chegue ao valor de US\$ 50.000 até 2050. Segundo o ministro, a estratégia possui 4 pilares: 1) diversificação e crescimento econômico sustentável; 2) conservação da natureza e segurança climática; 3) inclusão social e oportunidade; e 4) boa governança e fortalecimento institucional [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-gastland-van-15e-acto-meeting/>
- [2] Disponível em: <https://gov.sr/15e-acto-meeting-voorafgegaan-door-26ste-acc/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-das-relacoes-exteriores-dos-paises-amazonicos-adotam-a-declaracao-de-paramaribo-e-reforcaram-seu-compromisso-com-a-amazonia/>
- [4] Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2025/02/POR_Declaracao-OTCA-XV-MRE.pdf
- [5] Disponível em: <https://gov.sr/president-neemt-eerste-exemplaar-green-development-strategy-in-ontvangst/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No dia 3 de fevereiro, Yván Gil participou da 15ª reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Paramaribo, Suriname. Na ocasião, Gil expôs a sexta transformação (6T) do Plano da Pátria 2025-2031, referente à “Transformação Ecológica”, cujo objetivo é reorganizar os padrões de produção e consumo capitalistas, para fazer frente de modo efetivo à crise climática [1][2]. Segundo Gil, no encontro, “acordamos avançar em um trabalho conjunto em defesa da soberania e exercer a soberania em nossos territórios livres das corporações que tentaram explorar a Amazônia e a mineração ilegal” [3].

O chanceler também declarou que o plano apresentado pela vice-presidente Delcy Rodríguez no último encontro dos chefes de Estado da OTCA, realizado em Belém, em agosto de 2023, inclui criar uma equipe de trabalho para o desenvolvimento econômico das comunidades amazônicas e a utilização da ciência e da tecnologia para lançar um satélite amazônico [4]. O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, reafirmou o compromisso da Venezuela com a Amazônia, se referindo à participação do Ministro Gil no encontro da OTCA, declarando que “a Amazônia é nossa, é sul-americana e temos que seguir defendendo-a” [1].

Além da participação na reunião da OTCA, em fevereiro também ocorreram novas ações da Operação Neblina 2025 no estado do Amazonas. Em uma delas, ocorreu a destruição de dois acampamentos irregulares usados para ações de mineração ilegal. Na ação, seis pessoas foram presas, sendo cinco venezuelanos e um colombiano. [5] O comandante das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), Hernández Lárez, afirmou que “a Venezuela é um Estado de direito e de justiça. De acordo com nosso ordenamento jurídico, está proibida a exploração mineira e de hidrocarbonetos no estado do Amazonas” [6]. Na segunda ação, realizada no município de Atabapo, as FANB

retiveram uma embarcação do tipo Bongo, apreendendo cerca de 1.800 litros de combustíveis e diversas caixas de alimentos [7]. Por fim, em ação no rio Cunucunuma, os militares detectaram e destruíram um acampamento utilizado para mineração ilegal [8].

Por fim, ao final do mês de fevereiro, o Estado venezuelano apresentou o seu primeiro relatório bienal de transparência climática para as Nações Unidas. O relatório foi elaborado pelo Ministério do Ecossocialismo e revelou que a Venezuela contribui com somente 0,39% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no planeta. Segundo o documento, o maior obstáculo para o cumprimento das metas climáticas no período 2016-2024 foram as sanções estadunidenses e europeias à atividade petroleira nacional, taxadas como “criminosas e ilegais”, que reduziram os recursos disponíveis para investimentos. Por fim, o relatório apresenta 78 metas de adaptação e 43 metas de mitigação a serem cumpridas até 2030, sendo a maioria delas focadas nos setores social e educacional. Contudo, especialistas analisam que o país está atrasado na elaboração de um Plano Nacional de Adaptação Climática, fundamental para lidar com os impactos das mudanças climáticas. [9]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/presidente-maduro-reafirma-compromiso-de-venezuela-con-el-amazonas/>
- [2] Disponível em: <https://www.vtv.gob.ve/venezuela-presenta-sexta-plan-patria-ante-otca/>
- [3] Disponível em: <https://elsiglo.com.ve/venezuela-renova-reunion-otca-compromiso-proteccion-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://www.globovision.com/nacional/34047/venezuela-reafirmo-su-compromiso-en-proteger-la-amazonia>
- [5] Disponível em: <https://www.bancaynegocios.com/fanb-detiene-a-6-hombres-por-mineria-ilegal-en-el-estado-amazonas/>
- [6] Disponível em: <http://radiomundial.com.ve/fanb-destruye-campamento-de-mineria-ilegal-en-el-estado-amazonas/>
- [7] Disponível em: https://www.eluniversal.com/sucesos/201719/duro-golpe-a-la-mineria-ilegal-fanb-decomiso-mil-800-litros-de-combustible-y-multiples-cajas-de-en#google_vignette
- [8] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/201881/en-amazonas-la-fanb-destruyo-campamento-logistico-de-mineros-ilegales-en-las-riberas-del-rio>
- [9] Disponível em: <https://efectococuyo.com/cambio-climatico/venezuela-transparencia-climatica/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 3 de fevereiro, os chanceleres dos oito países amazônicos sul-americanos se reuniram no Suriname para participar da XV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA [1]. Após o encontro, as autoridades anunciaram a Declaração de Paramaribo, que reafirma os compromissos com a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O novo documento estabelece como prioridades: a intensificação dos esforços para manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C; a promoção de estratégias de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas; a urgência de não-interferência nos modos de vida dos povos indígenas e o reconhecimento de sua importância para a construção de políticas públicas inclusivas e sustentáveis; a luta contra o desmatamento, a mineração ilegal e o tráfico de espécies silvestres; a criação de um pavilhão da OTCA na COP 30; e a reativação total das oito Comissões Especiais da OTCA. Por fim, acordou-se a realização da V Cúpula de Chefes de Estado da OTCA em agosto deste ano na Colômbia.

No dia 5 de fevereiro, a OTCA anunciou a conclusão dos estudos para a criação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática [2]. Apoiada pela União Europeia, pela Agência de Cooperação Espanhola (AECID), pela Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a ferramenta funciona como um “mecanismo de governança ambiental e climática com enfoque indígena”. Ela é estruturada em três eixos: (i) troca de conhecimentos e boas práticas; (ii) criação de espaços de diálogo entre comunidades e governos; (iii) desenho de uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática (ERPICC). O desenvolvimento da plataforma se deu a partir de encontros nacionais e regionais, além de discussões em eventos internacionais, como a COP-16 da Biodiversidade. O intuito do mecanismo é fortalecer a participação dos povos indígenas na construção de uma governança regional que reconheça não apenas os saberes ancestrais, como o papel de mulheres e jovens indígenas em todo o processo de preservação ambiental e conservação na Amazônia.

Esses esforços foram publicizados durante o encontro que reuniu parceiros estratégicos e os representantes dos oito países-membro da OTCA, realizado no dia 24 de fevereiro [3]. Na ocasião, o Secretário-Geral da OTCA, Martín Von Hildebrand, destacou que “os povos indígenas devem ocupar um lugar central na tomada de decisões sobre a

Amazônia”. Na mesma reunião, os participantes destacaram a criação de um submódulo no Observatório Regional Amazônico (ORA) que reúne informações sobre os impactos das mudanças climáticas nas comunidades indígenas. No mais, os especialistas reforçaram a continuidade da cooperação entre os entes governamentais e as agências internacionais, além da complementariedade entre o conhecimento científico e o indígena.

No fim do mês, no dia 24, a OTCA anunciou a conclusão da série de *workshops* vinculados ao Programa de Ações Estratégicas (PAE) do Projeto Bacia Amazônica [4]. Os últimos encontros aconteceram no Suriname e na Guiana com o objetivo de promover a governança e a gestão dos recursos hídricos na região com o apoio de ferramentas desenvolvidas pelo Instituto Internacional de Água de Estocolmo (SIWI) e pelo *Global Water Partnership* (ToolBox GWP).

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/ministros-das-relacoes-exteriores-dos-paises-amazonicos-adotam-a-declaracao-de-paramaribo-e-reforcam-seu-compromisso-com-a-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/um-passo-importante-na-governanca-indigena-a-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas-e-mudanca-climatica/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-apresenta-com-sucesso-os-resultados-da-construcao-da-plataforma-regional-amazonica-de-povos-indigenas/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/o-projeto-bacia-amazonica-conclui-esta-semana-um-ciclo-de-workshops-para-fortalecer-a-gestao-integrada-das-aguas-amazonicas/>